



CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 15/2026

Decisão sobre pedido de reconsideração em Impugnação ao Edital

Interessada: INOVA INFRAESTRUTURA LTDA.

I. RELATÓRIO

Trata-se de pedido de reconsideração apresentado por INOVA INFRAESTRUTURA LTDA., recebido em 21/05/2026, em face da decisão que deixou de conhecer a impugnação anteriormente apresentada ao Edital de Concorrência Presencial nº 15/2026, em razão de intempestividade.

A requerente sustenta, em síntese, que a impugnação deveria ser considerada tempestiva, ao argumento de que o prazo previsto no art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021 deveria ser contado da sessão pública designada para 28/05/2026, e não da data limite de entrega dos envelopes, fixada no edital para 20/05/2026.

Alega, ainda, que eventual previsão editalícia deveria ser interpretada em conformidade com a legislação federal, sob pena de violação aos princípios da legalidade, competitividade, isonomia e ampla participação.

É o relatório. Passa-se à decisão.

II. FUNDAMENTAÇÃO

O pedido de reconsideração não merece acolhimento.

O Edital de Concorrência Presencial nº 15/2026 estabeleceu expressamente a data de 20/05/2026 como marco para entrega dos envelopes. Também disciplinou, em cláusula própria, o prazo e a forma de apresentação de impugnações, vinculando a sua tempestividade à antecedência mínima em relação à data de entrega dos envelopes. Essa disciplina editalícia não viola a Lei Federal nº 14.133/2021; ao contrário, concretiza a sua finalidade no contexto específico de licitação presencial com entrega prévia de envelopes.

Em procedimentos dessa natureza, a impugnação ao edital deve ser apresentada antes do encerramento do prazo de entrega dos envelopes, pois é até esse momento que os interessados podem ajustar a sua participação, reunir documentos, constituir garantia de proposta, formular



proposta comercial e decidir sobre eventual formação de consórcio. Admitir impugnação após a entrega dos envelopes significaria permitir questionamento das regras de participação em momento posterior à estabilização das propostas e documentos apresentados pelos licitantes, com potencial prejuízo à isonomia, à segurança jurídica, à vinculação ao instrumento convocatório e à regularidade do procedimento.

A expressão “abertura do certame”, constante do art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, deve ser interpretada sistematicamente, de modo compatível com a forma procedimental definida no edital e com a preservação da utilidade do prazo de impugnação. No presente caso, a data de 28/05/2026 corresponde à sessão pública na B3, mas não ao marco final para apresentação dos envelopes, que se encerrou em 20/05/2026. Depois desse marco, eventual alteração editalícia poderia afetar diretamente as condições de participação, a elaboração da proposta comercial, a garantia da proposta e os documentos de habilitação, gerando risco de violação à isonomia entre os participantes.

No presente procedimento, a “abertura do certame”, para fins de aplicação do art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, deve ser compreendida como o marco procedimental que encerra a possibilidade de apresentação das propostas e documentos pelos interessados, isto é, a data de entrega dos envelopes. A sessão pública designada para 28/05/2026, a ser realizada na B3, constitui ato subsequente de processamento da licitação, mas não reabre a possibilidade de modificação das condições de participação nem permite aos licitantes reformular os documentos, garantias ou propostas já entregues.

Essa interpretação é reforçada pela sistemática dos pedidos de esclarecimento. O prazo para esclarecimentos e o prazo para impugnações possuem idêntica função preventiva: permitir que dúvidas ou questionamentos sobre o edital sejam apreciados antes da estabilização da disputa. Tanto o esclarecimento quanto a impugnação podem, em tese, impactar a elaboração da proposta comercial, a constituição de garantia, a formação de consórcio, a documentação de habilitação e a própria decisão de participar do certame. Por isso, não seria juridicamente coerente admitir que, após encerrado o prazo útil para esclarecimentos e após a entrega dos envelopes, ainda fosse possível conhecer impugnação capaz de produzir efeitos sobre regras que já orientaram a apresentação das propostas.

Admitir a contagem do prazo de impugnação a partir da data posterior à entrega dos envelopes criaria assimetria incompatível com a isonomia e com a segurança jurídica. Os licitantes que observaram o edital e entregaram tempestivamente seus envelopes ficariam sujeitos à rediscussão das regras da competição depois de já terem apresentado propostas e documentos, enquanto eventual interessado retardatário poderia provocar alteração editalícia sem que os demais tivessem tido igual oportunidade de ajustar sua estratégia competitiva. A disciplina editalícia, ao vincular a tempestividade da impugnação à data de entrega dos envelopes, apenas



concretiza a finalidade do art. 164 da Lei nº 14.133/2021 no contexto específico de licitação presencial com entrega prévia de envelopes.

Dessa forma, mantida a distinção entre a data de entrega dos envelopes e a data da sessão pública na B3, conclui-se que o termo final para impugnação deve acompanhar o mesmo marco temporal aplicável aos pedidos de esclarecimento, pois ambos se destinam a permitir o controle preventivo das regras editalícias antes da formulação e entrega das propostas. Encerrado o prazo para entrega dos envelopes em 20/05/2026, não há mais utilidade procedimental compatível com a isonomia para conhecimento de impugnação ao edital apresentada posteriormente.

Portanto, tendo a impugnação sido apresentada após o prazo editalício próprio, mantém-se o não conhecimento por intempestividade.

Sem prejuízo, por cautela administrativa e em observância aos princípios da motivação, autotutela e transparência, a Comissão registra que as alegações deduzidas pela empresa também não seriam procedentes no mérito.

A Concorrência Presencial nº 15/2026 tem por objeto concessão administrativa para prestação dos serviços de iluminação pública do Município de Nova Friburgo, abrangendo instalação, melhoramento, desenvolvimento, modernização, expansão, efficientização energética, operação e manutenção da rede municipal de iluminação pública. Não se trata de contratação comum de obra ou serviço de engenharia elétrica, mas de parceria público-privada de longo prazo, com constituição de sociedade de propósito específico, investimentos relevantes, financiamento, implantação, operação continuada, indicadores de desempenho, matriz de riscos, garantias, fiscalização e reversibilidade de bens.

Nesse contexto, a exigência de qualificação técnico-operacional prevista no item 16.4.1 do edital, relativa à experiência em gestão ou administração de empreendimento com captação de recursos para investimentos, é compatível com a natureza da concessão administrativa. A Administração busca selecionar parceiro privado capaz de gerir empreendimento intensivo em CAPEX e OPEX, e não apenas executor de serviços elétricos isolados. A experiência exigida é pertinente, proporcional e aderente à matriz de obrigações do contrato.

Também não procede a alegação de omissão quanto à qualificação técnica específica de iluminação pública. O edital condiciona a assinatura do contrato à comprovação, pela adjudicatária, de vínculo com profissional com experiência mínima de 3 anos em operação e manutenção preventiva e corretiva de quantitativo relevante de pontos de iluminação pública, conforme item 22.1.2.vi. A minuta contratual, por sua vez, obriga a manutenção desse profissional durante todo o prazo da concessão, admitindo substituição apenas mediante anuência prévia do Poder Concedente e comprovação de qualificação igual ou superior.



Além disso, os documentos técnicos publicados com o edital — em especial o Caderno de Encargos, o Sistema de Mensuração de Desempenho, o Relatório de Estudos de Engenharia e o Relatório Econômico-Financeiro — demonstram que a modelagem contempla obrigações de engenharia, projetos, ARTs, observância de normas técnicas, implantação de telegestão, Centro de Controle Operacional, manutenção preventiva, preditiva, corretiva e emergencial, expansão da rede, indicadores de desempenho, fiscalização e verificação independente.

Assim, ainda que superado o óbice da intempestividade, inexistiria fundamento para acolhimento da impugnação, suspensão do certame, alteração do edital ou reabertura de prazo.

III. DISPOSITIVO

Diante do exposto, a Comissão de Contratação decide:

(i) conhecer o pedido de reconsideração apenas como requerimento administrativo, por ter sido apresentado em face da decisão de não conhecimento;

(ii) no mérito do pedido de reconsideração, negar-lhe provimento, mantendo a decisão que não conheceu da impugnação por intempestividade;

(iii) subsidiariamente, registrar que as alegações formuladas na impugnação não evidenciam ilegalidade no edital, razão pela qual também seriam rejeitadas no mérito;

(iv) manter o regular prosseguimento da Concorrência Presencial nº 15/2026, salvo superveniência de determinação em sentido diverso por autoridade competente ou órgão de controle.

Publique-se e junte-se ao processo administrativo da licitação.

Nova Friburgo/RJ, 22 de maio de 2026.

Comissão de Contratação
Município de Nova Friburgo